



### 3.4 • Metamorfoses da violência

## Velhas ou novas guerras, eis a questão (II)

Rita Duarte

NO SEGUIMENTO do texto anterior sobre a teoria das ‘novas guerras’ descrita pela autora Mary Kaldor, é de referir que entre os académicos e cientistas das Relações Internacionais têm surgido vários autores que questionam esta teoria. Na sua maioria consideram-na uma nova e relevante forma de análise dos conflitos – mais concretamente da guerra civil – mas não o reflexo de uma mudança na natureza da guerra (Newman, 2004: 185; Melander *et al.*: 39). Na sua maioria estes autores consideram que esta teoria não apresenta um padrão generalizado sobre causas, natureza e impacto dos conflitos que permita criar um enquadramento geral e abrangente suficiente para interpretar e analisar a totalidade dos actuais conflitos internacionais. Edward Newman refere ainda que a tentativa de encontrar um padrão comum desconsidera a importância das diferenças entre os conflitos contemporâneos (2004: 173).

#### Pontos de discórdia

A primeira questão tem a ver com a diminuição dos conflitos interestatais e o aumento dos conflitos intraestatais, que os críticos consideram não ser tão linear como é defendido. Pelo contrário, recorrendo a estatísticas publicadas por estudos académicos – como o *Armed Conflict and Intervention Project*, 2003, da Universidade de Maryland ou o *Conflict Data Project*, 2002, da Universidade de Uppsala –, referem que no início dos anos 1990 houve uma diminuição destes dois tipos de conflitos, com um declínio mais acentuado das guerras intraestatais em 1992 e um ligeiro aumento das guerras interestatais em 1997 (Newman, 2004: 174). Kalyvas, por exemplo, refere que o “aumento de guerras civis nos anos 1990 se deve a uma tendência de conflitos que remonta aos anos 1950, e não propriamente ao fim da Guerra Fria” (2001: 99). Melander *et al.* defendem ainda que “o facto de haver mais conflitos em 1992 tem a ver com o facto de haver mais Estados independentes na comunidade internacional” (2006: 11).

Uma segunda questão que reúne grande consenso dos críticos tem a ver com o que estes consideram ser a falta de perspectiva histórica das “novas guerras”. Para os críticos, a nova teoria centra-se na análise de dados e de conflitos pós-Guerra Fria e descarta conflitos idênticos – mais concretamente guerras civis – do passado o que, consideram, condiciona a teoria das ‘novas guerras’ (Kalyvas, 2001; Melander *et al.*, 2006). Esta questão contrapõe vários argumentos da teoria das ‘novas guerras’, sendo os principais:

i) A alta intensidade da violência e o seu direccionamento deliberado contra civis esteve sempre presente em guerras anteriores, civis ou não,

como no caso da violência perpetrada junto da população entre a Alemanha e a Rússia durante a II Guerra Mundial, por ambos os exércitos (Newman 2004: 181), ou na violência cometida contra civis no Camboja (Melander *et al.* 2006: 17).

ii) A deslocação forçada da população civil também foi uma tática largamente utilizada no passado, como foi o caso das guerras civis na Rússia, Espanha ou China (Kalyvas 2001: 110). Além disso, na contabilização do número de pessoas deslocadas do período pós-Guerra Fria é preciso ter em consideração três factores: o primeiro relativo à falta de dados fidedignos do período anterior para estabelecer uma comparação ou traçar uma linha de evolução (Newman, 2004: 182); o segundo relativo à maior visibilidade actualmente nos *media* internacionais e o terceiro, relativo ao facto de muitos dos deslocados e refugiados contabilizados no período pós-Guerra Fria, resultarem de conflitos que se iniciaram no período da Guerra Fria e que ainda decorriam no momento de mudança do sistema internacional (Melander *et al.*, 2006: 19).

“  
A violência que se verifica nos conflitos contemporâneos tem dinâmicas próprias. Requer por isso uma resposta concertada e adequada.”

Melander *et al.* ainda apresentam outro argumento relativo à fiabilidade deste novo critério de deslocação forçada: referem que “entre 1990 e 1994 registou-se um número significativamente maior de deslocados em conflitos civis do que em qualquer período da Guerra Fria ou posteriormente entre 1995-1999”. Para estes autores os dados disponíveis não permitem reflectir uma tendência constante, e vêem no aumento de deslocados registado no período 1990-1994 o efeito de “uma reconfiguração das fronteiras internacionais após a queda de impérios e Estados multi-étnicos e do aparecimento de novos Estados”. Em situações anteriores análogas de redefinição de fronteiras, como a que ocorreu na Turquia após a I Guerra Mundial, na independência da Índia em 1947 ou na Alemanha no pós-II Guerra Mundial, “também se registaram migrações forçadas extraordinárias” (Melander *et al.*, 2006: 37).

iii) A dicotomia velhas guerras com motivação ideológica / ‘novas guerras’ com motivação económica é considerada igualmente exacerbada,

quer porque há conflitos no pós-Guerra Fria nos quais a motivação dos beligerantes vai para além do lucro pessoal, tendo por base motivos ideológicos, quer porque há conflitos civis anteriores nos quais a motivação ideológica é sobrestimada (Kalyvas 2001: 110). Newman refere igualmente que “a economia de guerra não explica fundamentalmente os conflitos no Sri Lanka, no País Basco, Índia, Nepal, Chechénia ou Indonésia, por exemplo, onde a ideologia ou objectivos normativos têm sido claramente importantes no período pós-Guerra Fria” (2004: 183).

Uma terceira questão consensual para os críticos tem a ver com o contexto económico e social no qual decorrem os conflitos das ‘novas guerras’, que também consideram não ser novidade em relação a situações ocorridas anteriormente. Para Newman “registaram-se conflitos ao longo do século XX que foram afectados por processos associados à globalização”. E continua: “Com as mudanças na natureza do Estado – e as suas manifestações nas guerras contemporâneas – o contexto de violência pode ter mudado, mas as dinâmicas subjacentes dessa violência não” (2004: 184).

Assim, para a maioria dos críticos a ‘novidade’ das ‘novas guerras’ não é assim tão nova, uma vez que estas características estão todas elas presentes em guerras anteriores. Para Newman, o grande contributo da teoria das ‘novas guerras’ foi o facto de permitir um “entendimento empírico melhorado das dinâmicas dos conflitos violentos, e especialmente dos factores económicos e sociais” (2004: 185). Para Melander *et al.*, a importância da literatura das ‘novas guerras’ consiste na ajuda que deu para entender melhor os rebeldes e as suas motivações, mas não na identificação de uma mudança da natureza da guerra. O que consideram como potencialmente novo, derivado do fim da Guerra-Fria, é a economia dos conflitos: o fim do financiamento externo característico da Guerra Fria e a procura de fontes alternativas de rendimento (raptos, pilhagens, comércio ilegal de recursos naturais, etc.) (2006: 39).

#### O debate académico

Num artigo elaborado em 2013, Mary Kaldor vem responder às críticas levantadas à teoria das ‘novas guerras’ e defende que esta teoria “permite lidar com a lógica global que é inerente aos conflitos violentos contemporâneos e os torna diferentes em espécie das ‘velhas guerras’. É uma lógica que vai para além dos componentes específicos dos conflitos contemporâneos – políticas de identidade ou predação económica, por exemplo”. Em vez disso “providencia um en-

quadramento integrativo de análise” (2013: 1-2). Para Kaldor, nas ‘novas guerras’ é necessário ter em consideração “o enquadramento conceptual geral que relaciona actores, objectivos, métodos e formas de financiamento” (2013: 2).

Segundo esta autora, os críticos geralmente admitem que o útil sobre a análise das ‘novas guerras’ é a implicação política do argumento e, para Kaldor, esse é precisamente um dos pontos: o termo ‘novo’ é uma forma de excluir os pressupostos ‘velhos’ sobre a natureza da guerra e providenciar uma base para uma investigação metodológica nova. Os pressupostos ‘velhos’ da guerra (confronto entre Estados com interesses legítimos) consideram que a solução do conflito é a vitória de um e a derrota do outro ou uma negociação e intervenção externa, esta geralmente sob a forma de *peacekeeping*. Quando os “decisores políticos reconhecem as deficiências destes pressupostos, tendem a tratar estas guerras como anárquicas, bárbaras ou rivalidades antigas, onde a melhor resposta política é a contenção, por exemplo, protegendo as fronteiras do Ocidente contra esta ‘doença’”. Para Kaldor as dinâmicas próprias da violência contemporânea demonstram que nenhuma destas abordagens é adequada: “a tese das ‘novas guerras’ é simultaneamente sobre o carácter em mudança da violência organizada e sobre o desenvolvimento de uma forma de compreensão, interpretação e explicação das características interrelacionadas dessa violência” (2013: 4).

Se as ‘novas guerras’ podem ser descritas como uma mistura de guerra, crime e violação de direitos humanos, a importância da designação ‘guerra’ nesta teoria reflecte o pendor político da actual conflitualidade, já que “guerra implica obrigatoriamente violência organizada ao serviço de fins políticos e esta é a forma que legitima a actividade criminal” (que por sua vez requer uma resposta policial, em vez de uma resposta político/militar) (2013: 6). Além disso, é a “narrativa política das partes beligerantes que unifica redes dispersas de grupos paramilitares, exércitos, criminosos, mercenários e fanáticos” (2013: 11).

Nesse seu artigo, a autora procura responder igualmente a algumas das questões que reuniram maior consenso dos críticos e confirma que “alguns dos elementos das ‘novas guerras’ existiram em conflitos anteriores, mas há de facto elementos realmente novos nos conflitos contemporâneos, tais como a globalização (e as suas influências na transformação do Estado, nomeadamente no que diz respeito ao uso da violência) e a tecnologia (seja esta do foro militar ou de informação)” (2013: 4).

No que diz respeito às críticas que se baseiam em dados empíricos e estatísticos, a autora refere que o seu argumento das ‘novas guerras’ se baseia em grande medida em dados qualitativos e não quantitativos, apesar de estes também existirem, como é o caso da diminuição do número de batalhas e do aumento da violência contra civis (segundo o rácio de vítimas militares/civis e do aumento de deslocados). Contudo, para

a autora, é importante referir que os dados quantitativos apresentados pelos críticos para refutar a teoria das ‘novas guerras’, se baseiam igualmente em pressupostos ‘velhos’ dos conflitos (2013: 7). Destes pressupostos destaca o facto de i) pelo menos uma das partes ser um Estado; ii) ter de haver um determinado número de mortes em batalha para ser considerado guerra (mais de 1000 mortes/ano), não sendo considerada a violência que ocorre fora do campo de batalha; iii) distinção entre intraestatal e interestatal – se nas ‘novas guerras’ não há diferença entre o estatal/não-estatal e interno/externo, os números baseados em pressupostos das velhas guerras não são “realmente capazes de capturar a natureza das ‘novas guerras’” (2013: 7). Além disso, nos pressupostos das ‘novas guerras’ inclui-se o facto de estas serem “difíceis de terminar e tendem a alastrar” (2013: 8).

No que diz respeito à violência contra civis, segundo Kaldor, o problema relativo ao cálculo sobre o rácio de vítimas civis/militares divide-se em três: fontes imprecisas; dificuldade em distinguir combatentes de civis (só há registos fidedignos para os militares); e dificuldade em apurar correctamente as vítimas civis resultantes de violência directa ou de efeitos colaterais de batalhas. Além disso, a autora considera ser “impossível afirmar que a actual violência contra civis é pior do que as atrocidades baseadas no Estado moderno, como o holocausto ou as purgas soviéticas”. O que a teoria das ‘novas guerras’ defende é que, primeiro, a maior parte da violência nas ‘novas guerras’ consiste na violência contra civis em vez de contra combatentes; segundo, que se tem registado um forte declínio nas mortes em batalha e um aumento das mortes relacionadas com a guerra; terceiro, há uma diminuição das baixas entre os soldados no total de mortes em guerras, quer por haver menos soldados a participar em guerras, quer devido ao declínio das batalhas. Finalmente, considera flagrante que para este debate se “obtenham boas e precisas estatísticas para a morte de militares ao serviço de um exército estatal, mas informações totalmente inadequadas sobre a vasta maioria das vítimas” (2013: 7-9).

Outro argumento que a autora pretende realçar no seu artigo tem a ver com a contraposição entre as ‘novas guerras’ e as guerras de Clausewitz: para Kaldor, as ‘novas guerras’ são guerras pós-Clausewitz porque se tornou difícil distinguir entre os actores estatais e não-estatais, civis e combatentes e, por consequência, as guerras já não obedecem ao conceito tripartido de guerra definida pelo pensador do século XIX de Estado, exército e povo. Nesta reapreciação do conceito de guerra, Kaldor identifica ainda outra diferença: para Clausewitz, a guerra era uma “competição de vontades”, ao passo que para a autora a guerra passou a ser “um empreendimento mútuo”. No primeiro caso, a vitória de um implica a derrota do outro e, no segundo, “implica que ambos os lados precisam do outro de forma a levar a cabo a empreitada da guerra que, por consequência, tende a ser longa e inconclusiva”

(2013: 12). O caso da “guerra contra o terror”, é para a autora exemplificativo deste seu argumento: à luz da ‘competição de vontades’, “os terroristas não podem ser destruídos pelas forças militares, uma vez que os terroristas não se distinguem da população, nem os terroristas podem destruir as forças militares de um país”. À luz do ‘empreendimento mútuo’, em que “ambas as partes defendem valores superiores, então a acção e contra-reação apenas contribuem para um prolongar da guerra que beneficia ambos os lados” (2013: 13).

O debate está lançado mas para Kaldor está a faltar o que chama “resposta política cosmopolita” para a resolução de um conflito de tipo “nova guerra” – basear qualquer intervenção internacional nos direitos individuais e no Estado de direito, que, quando for o caso, deve conter uma componente mista de policiamento e acção militarizada. Independentemente de se concordar ou não com a teoria das ‘novas guerras’, é inegável o seu contributo, reconhecido também pelos críticos, na compreensão dos conflitos contemporâneos e na consequente tomada de decisões políticas. A violência que se verifica nos conflitos contemporâneos tem dinâmicas próprias. Requer por isso uma resposta concertada e adequada. ■

## Referências

- KALDOR, Mary (2006) — “New & old wars – organized violence in a global era”, segunda edição, Polity Press, Cambridge
- KALDOR, Mary (2013) — “In Defence of New Wars”. *Stability: International Journal of Security and Development*, 2(1): 4, pp 1-16, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>
- KALYVAS, Stathis N., (2001) — “New’ and ‘Old’ Civil Wars: a valid distinction?” *World Politics*, Volume 54, Number 1, October 2001, pp 99-118 (article), The John Hopkins University Press DOI: 10.1353/wp.2001.0022
- MELANDER, Erik; ÖBERG, Magnus e HALL, Jonathan, 2006 — “The ‘New Wars’ debate revisited: an empirical evaluation of the atrociousness of ‘New Wars’”, Uppsala Peace Research Paper n.º 9, Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, Sweden
- NEWMAN, E. (Orientador) — Dissertação com o registo n.º 879379, 2010 “The New wars debate: implications for Scholarship and Policy”, Department of Political Science and International Studies, University of Birmingham
- NEWMAN, Edward (2004) — “The ‘New Wars’ Debate: A Historical Perspective is Needed”, SAGE Publications, PRIO.